

Maciel quer união de partidos em torno de questões polêmicas

BRASÍLIA — O presidente do PFL, senador Marco Maciel, defendeu em entrevista a articulação de um "pacto interpartidário" em torno dos temas políticos que estão sendo discutidos na Constituinte, como sistemas de governo, eleitoral e partidário e o papel do cidadão. Maciel acrescentou que o *Centrão* já cumpriu sua função adjetiva, que era modificar o regimento da Constituinte, e não tem funções substantivas, isto é, propostas próprias para votação em bloco no plenário. O senador, que se encontra com o ex-governador Leonel Brizola, hoje, no Rio, explicou que antes do pacto interpartidário é preciso haver um pacto dentro do próprio PFL.

O início desse processo será o debate das propostas para a Ordem Econômica e a Ordem Social, coordenado pelo deputado Eraldo Tinoco (BA), que segue orientação do principal adversário de Maciel dentro do partido, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Tinoco apresentará os resultados dia 5 de janeiro à Comissão Executiva nacional do partido, que poderá transformá-las em recomendações aos constituintes pefelistas, enquanto discute também as questões políticas.

Campanha — A Executiva se reuniu ontem, das 10 às 14 horas, na sede do PFL, no 26º andar do anexo do Senado. Vinte e seis pefelistas (11 a mais do que os membros da comissão) participaram da reunião, que começou com uma palestra do professor Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, diretor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sobre a economia brasileira nos anos 80. Sua conclusão é de que o país chega ao fim de um ciclo de crescimento, porque "o setor privado está desmotivado para investir e o setor público acha-se com sua capacidade de poupança interna completamente exaurida e sem meios de obter recursos externos".

Maciel informou que o documento do professor Cintra será a base da estratégia do PFL em 88 e servirá como subsídio a uma eventual plataforma de campanha do partido.

Se depender do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, candidato em potencial à sucessão do presidente Sarney, não haverá campanha dentro do partido para a Presidência no próximo ano. Num telefonema ao deputado Jayme Sant'Anna (PFL-MA), anteontem, o ministro disse que a prioridade agora é a Constituinte; a sucessão e as candidaturas são secundárias.

A Comissão Executiva discutiu, além das análises econômicas de Cintra, a metodologia de trabalho de Eraldo Tinoco para levantar as questões sociais e econômicas e uma nota, distribuída à tarde, sobre o pacote fiscal do governo.



Cardoso Alves e Genoíno: direita e esquerda brigam pelo direito de preferência

Acordo sobre regimento não sai e todos se acusam por impasse

BRASÍLIA — Às 11h da manhã, em telefonema ao deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse que, por culpa do *Centrão*, ainda não havia acordo para votação do regimento. Às 14h, um dos líderes do grupo, o deputado Amaral Neto, assegurou, em seu gabinete, para o deputado Basílio Vilani (PMDB-PR) que os partidos de esquerda é que tinham inviabilizado, por intransigência, o acordo que definiria de vez o regimento. Uma hora depois, no plenário, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) acusava

Ulysses de ter interrompido as negociações com o *Centrão*.

Ninguém quis ficar com a culpa, mas a verdade é que poucos queriam realmente o entendimento. Depois de marcar e desmarcar duas reuniões, Ulysses terminou convocando encontro para hoje e admitiu que seu objetivo era ganhar tempo. Para o *Centrão*, o que interessa é adiar ao máximo a votação da Constituição, para retardar a sucessão do presidente José Sarney.

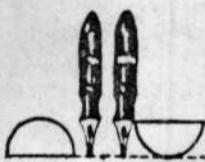
"O dr Ulysses não percebe que, adiando essas reuniões, está fazendo a felicidade do Roberto Cardoso Alves e do Amaral Neto", comentou à tarde, no

plenário, o deputado José Genoíno (PT-SP).

Ulysses pretende propor, na reunião convocada para hoje com os líderes do *Centrão* e das esquerdas, que os partidos com mais de 15 parlamentares (PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB e PT) tenham o direito de apresentar seis pedidos de preferência sobre os 38 capítulos do projeto de Constituição. Os partidos com menos de 15 parlamentares (PCB, PC do B, PSB, PMB, PL e PDC) teriam direito de apresentar apenas um pedido de preferência, em rodízio. Mas é provável que nem consiga número de constituintes suficiente para abrir a reunião.

'Centrão' não quis aprovar o regimento

Para que serve a maioria que o *Centrão* diz reunir na Constituinte? Serviu, há mais de 15 dias, para



dar início à reforma do regimento interno da Assembléia que favorecia, claramente, as decisões tomadas pelos 93 membros da Comissão de Sistematização que votou o projeto de Constituição. Não serviu, depois disso, para completar a reforma que acabou ficando pela metade — e desde a semana passada, pelo menos, tem servido para obstruir o processo constituinte.

A proposta de reforma do regimento do *Centrão* foi avalizada, em plenário, por mais de 290 dos 559 senadores e deputados que integram a Assembléia. É razoável imaginar que tal contingente esteja disposto a transformar em lei o que foi capaz de patrocinar. Se tal ainda não ocorreu, é simplesmente porque não interessou aos que comandam o *Centrão*. Pode-se alegar que a obstrução passou, também, a interessar à parte da esquerda que perdeu a esperança em uma Constituição avançada.

Mas se o *Centrão* detém, de fato, a maioria, pode arregimentá-la e aprovar

o regimento que quiser. "Com a obstrução da esquerda, fica difícil mantermos nossa maioria em plenário por dias a fio", desculpa-se o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do *Centrão*. A maioria, em tese, tudo pode — desde alterar regras até anular os esforços dos interessados na manutenção de regras sujeitas à revisão. A direita do *Centrão* e a esquerda do PT e do PC do B esperam ganhar com o impasse.

A direita quer espichar, o quanto puder, o processo constituinte para tentar inviabilizar as chances de uma eleição presidencial em novembro do próximo ano. O presidente José Sarney ganharia, assim, o mandato de cinco anos por decurso de prazo. A esquerda do PT e do PC do B apostam no atraso do processo à espera do agravamento das crises política e econômica o que pode, circunstancialmente, favorecer a elaboração de uma Constituição menos retrógrada.

O insucesso da tentativa de ontem de um acordo para aprovação do novo regimento da Assembléia empurra para o meio do próximo ano a possível data de promulgação da futura Constituição. "É quase impossível que ela esteja pronta antes de maio", calcula o senador Marco Maciel, presidente do PFL. Não entrou no cálculo do senador um fator que pode pesar para que nem em maio a Constituinte encerre sua missão — a insegurança do deputado Ulysses Guimarães com o processo de votação eletrônica do Congresso.

Sem o recurso ao computador, a

votação se torna nominal e toma, em média, três horas. Em nenhuma das fases, até agora, da votação da proposta de reforma do regimento, o computador foi utilizado. Ulysses receia que se conteste, depois, a legitimidade da votação eletrônica. Tem razões para isso. Mais de uma vez já ocorreu de um deputado alegar que seu voto não foi computado ou que foi computado errado pelo painel eletrônico da Câmara. O computador não erra — mas como, politicamente, refutar a alegação de um deputado?

O Congresso — e, no caso, a Constituinte — é uma casa de iguais, pelo menos na teoria. Se um parlamentar, com o testemunho de outros, joga a culpa do seu erro ou de sua omissão no computador, como não levá-lo em consideração? E se isso se produzir em uma votação polêmica, daquelas decididas por uma rala margem de vantagem? Ulysses tem, por isso mesmo, deixado o computador de lado — mas se continuar assim procedendo, não haverá Constituição nem em abril, como ele imagina, nem mesmo em maio.

Constituinte, a partir de agora, só na primeira semana de janeiro, quando será retomada a discussão para a aprovação do novo regimento interno. O recesso, de hoje até 4 de janeiro, será ocupado pela caça a assinaturas que se ofereçam em apoio às emendas a serem apresentadas ao projeto de Constituição. A emenda que introduz o parlamentarismo recolheu, até ontem, 340 assinaturas.

Ricardo Noblat